REQUERIMENTO N° DE 2024 (Do Sr. Delegado Caveira)

Solicita informações ao Ministério da Fazenda, respeito da utilização dos beneficios do programa emergencial de retomada do setor de eventos – PERSE, por plataformas de influenciadores digitais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que seja feita solicitação de informações ao Ministério da Fazenda, a respeito da utilização dos benefícios do programa emergencial de retomada do setor de eventos — PERSE, por plataformas de influenciadores digitais. Nesse sentido, solicitamos que sejam esclarecidos a esta casa as seguintes questões:

- 1 Quais são os critérios objetivos utilizados para determinar as empresas e pessoas físicas elegíveis para os benefícios físcais do PERSE?
- 2 Como são avaliados os impactos sofridos pelas empresas durante a pandemia, em especial aquelas que operam





predominantemente em plataformas digitais, como a Play9 Produções e outras similares?

- 3 Relação nominal das empresas e pessoas físicas beneficiadas pelo PERSE em 2024, incluindo os valores de contribuições e os respectivos setores de atuação.
- 4 Quais mecanismos foram implementados para garantir que os benefícios do PERSE sejam direcionados exclusivamente às empresas diretamente impactadas pela pandemia e que atendam aos objetivos previstos na legislação?
- 5 Há previsão de revisão ou reavaliação dos benefícios concedidos, especialmente em casos em que se constam inconsistências ou desvios específicos?
- 6 Informações sobre os benefícios fiscais concedidos às empresas que operam predominantemente em plataformas digitais, incluindo o enquadramento no programa e a justificativa para a concessão.
- 7 -Esclarecimento sobre os benefícios fiscais destinados à empresa iFood e o embasamento legal para a manutenção desses benefícios, dado o crescimento expressivo do setor de delivery durante uma pandemia.
- 8 Quais providências estão sendo tomadas pelo Ministério da Fazenda para corrigir eventuais distorções no programa e garantir que os recursos sejam destinados prioritariamente às





empresas mais impactadas pela pandemia, como bares, restaurantes e organizadores de eventos presenciais?

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148/2021, foi criado com o objetivo de oferecer alívio econômico para empresas dos setores de eventos e turismo, duramente afetados pelas medidas de restrição impostas durante a pandemia de Covid-19.

No entanto, questionamentos surgiram quanto à concessão de benefícios a empresas que não apresentem relação clara com as áreas impactadas. A inclusão, conforme noticiado, de empresas como a Play9 Produções, especializada em conteúdo digital, e de influenciadores que operam predominantemente no ambiente virtual, escancara brechas nas diretrizes do PERSE. É evidente que a produção digital, que continuou a crescer durante o período pandêmico, não sofreu os mesmos impactos que o setor de eventos presenciais, um dos alvos principais do programa. Essa discrepância não só questiona a efetividade do PERSE como também levanta dúvidas sobre a transparência e os critérios adotados para a concessão desses benefícios.

Diante do exposto, o presente requerimento objetiva garantir que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e transparente, respeitando os princípios constitucionais de moralidade, legalidade e eficiência na gestão pública.





Nesse sentido, solicitamos que as informações requeridas sejam fornecidas no prazo legal.

Sala das Sessões em de de 2024.

Deputado DELEGADO CAVEIRA



